



**SÉRIE DE TEXTOS PARA DISCUSSÃO
DO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS
TEXTO PARA DISCUSSÃO N. 093**

**“Desigualdade inflacionada”: uma análise para o caso brasileiro
entre os anos de 2007 e 2020**

**Marillia Amanda dos Santos Ferreira
Adriana Ferreira Silva**

FACE/UFG
Goiânia – Abril de 2022

**CIÊNCIAS
ECONÔMICAS**

FACE
FACULDADE DE
ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
CIÊNCIAS ECONÔMICAS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

Ferreira, Marília Amanda dos Santos. “Desigualdade inflacionada”: uma análise para o caso brasileiro entre os anos de 2007 e 2020 / Adriana Ferreira Silva - 2022.

36 f. (Série de Textos para Discussão do Curso de Ciências Econômicas, 093)

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Goiânia, 2022.

1. Inflação. 2. Faixas de renda. 3. Índice. IV. Título

“Desigualdade inflacionada”: uma análise para o caso brasileiro entre os anos de 2007 e 2020

Marillia Amanda dos Santos Ferreira¹
Universidade Federal de Goiás - FACE/UFG

Adriana Ferreira Silva²
Universidade Federal de Goiás - FACE/UFG

RESUMO

As distorções geradas pela inflação e os custos sociais a ela associados está no escopo da presente pesquisa. De forma específica, o objetivo pesquisa é analisar o desempenho da inflação brasileira, medida oficialmente pelo IPCA, segundo faixas de renda no período de 2007 a 2020, de forma a identificar as diferenças no comportamento da inflação de famílias com rendas distintas, avaliando o impacto e efeitos deste cenário sobre o aumento da desigualdade social no país. A metodologia empregada envolveu a realização de uma pesquisa de caráter descritivo e exploratório com uma perspectiva quali-quantitativa, com foco em indicadores que relacionam a inflação e seus impactos para diferentes faixas de rendimento. Os resultados apresentados sugerem que a inflação exerce influência negativa principalmente sobre o orçamento dos mais pobres, o que tende a acentuar a desigualdade socioeconômica, demonstrada no elevado quantitativo de pessoas com baixa-renda na massa salarial frente à concentração de riqueza em um percentual menor de pessoas.

Palavras-chaves: Inflação. Faixas de renda. Desigualdade.

ABSTRACT

The distortions generated by inflation and the social costs associated with it is in the focus of this research. In specific, the objective of this research is to analyze the performance of Brazilian inflation, measured by the IPCA, according to income level from 2007 to 2020, in order to identify the differences in the behavior of inflation in families with different incomes, examining the impact and effects of this scenario on the increase of social inequality in the country. The methodology employed involved a descriptive and exploratory research with a qualitative-quantitative perspective, with a focus on indicators that correlated inflation and its impacts for different income levels. The results suggest that inflation has a negative influence, mainly, on the budget of the poorest people, which tends to accentuate socioeconomic inequality, demonstrated by the high number of people with low income in the wage bill compared to the concentration of wealth in a smaller percentage of people.

Keywords: Inflation. Income levels. Inequality.

¹ Graduada em Ciências Econômicas pela FACE/UFG. marillia.asfer@gmail.com

² Doutora em Economia e profa. Adjunta na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE/UFG). adsilva@ufg.br

1 Introdução

A inflação é um fenômeno econômico caracterizado pelo aumento generalizado de preços. Responsável por uma série de distorções na economia, este fenômeno prejudica não apenas os investimentos e o crescimento do país, mas também impõem elevados custos sociais, custos estes que tendem a ser inversamente proporcionais ao nível de renda dos indivíduos, implicando em maior penalização aos mais pobres.

A inflação também prejudica as contas públicas, em especial de países como o Brasil com histórica dificuldade em cumprir o pagamento de dívidas, tanto internas quanto externas. A inflação mais alta aumenta o custo da dívida pública, pois as taxas de juros da dívida têm de compensar não só o efeito da inflação, mas também têm de incluir um prêmio de risco para suprir as incertezas associadas com a inflação mais alta (BACEN, 2019).

O acompanhamento e mitigação de cenários inflacionários assumiram foco central da política monetária do país, desde a implantação do Plano Real em 1994, e do Regime de Metas de Inflação (RMI), instituído em 1999. No âmbito deste Regime, sempre que o IPCA (indicador oficial da inflação) apresenta aceleração, o Comitê de Política Monetária (COPOM) por meio do Banco Central intervém, elevando a taxa de juros básica da economia, a Selic. Esse processo atua contendo a demanda, uma vez que torna o crédito mais caro, comprimindo o consumo das famílias e os investimentos. Ao final, a tendência esperada é a desaceleração dos preços.

Sob o ponto de vista socioeconômico, a relação entre inflação e desigualdade social é uma problemática acompanhada de perto por pesquisadores e órgãos públicos, uma vez que o aumento do nível geral de preços pode ser entendido como um imposto inflacionário (JARAVEL; COLLYER; WIMER, 2019). Este termo indica uma sobrecarga monetária mais expressiva sobre as classes de renda que não dispõem de acesso a ativos financeiros indexados para se proteger da perda do poder de compra da moeda advindo da inflação, o que colabora em acentuar a desigualdade social.

No Brasil, o histórico de hiperinflação na década de 1980 e meados de 1990 trouxeram lições que justificam o atual sistema de acompanhamento e controle da inflação. Barboza (2008), a partir de análises para diferentes amostras e mais de 50 países, incluindo o Brasil, no período de 1966 e 1990, demonstra a forte relação entre inflação e o nível de desigualdade de renda. Isso pode ser explicado através da análise de que, quanto maior a inflação média calculada nesse período, maior tendeu ser a desigualdade medida pelo índice de Gini, no qual é crescente com a desigualdade de renda, quanto é medida também pela relação entre a renda dos 40% mais ricos e a dos 60% mais pobres.

Considerando os custos sociais que a inflação impõe, custos estes que tendem a ser inversamente proporcionais ao nível de renda dos indivíduos, somando ao fato de ainda que controlada, a inflação no Brasil segue com taxas em aceleração, o presente trabalho tem por objetivo analisar o desempenho da inflação brasileira segundo faixas de renda, de forma a identificar as diferenças no comportamento da inflação de famílias com rendas distintas, avaliando o impacto e efeitos deste cenário sobre o aumento da desigualdade social no país.

Através do estudo da série histórica da inflação brasileira ao consumidor (IPCA), bem como de indicadores ligados a formação da inflação, no período entre 2007 e 2020, busca-se entender os impactos do processo inflacionário doméstico nas diversas rendas da população, desde as mais altas quanto as mais baixas, pois os orçamentos das famílias dependem da relação entre renda e variações de preços das cestas de consumo. Essas variações inflacionárias afetam as despesas familiares, o que influencia diretamente no crescimento econômico do país. Essa pesquisa se torna relevante pois no Brasil análises mais detalhadas da inflação por faixas de renda ainda é pouco realizada.

O problema a ser analisado no presente estudo é, portanto, como o comportamento da inflação no período de 2007 a 2020 impactou a população brasileira segundo as diferentes faixas de renda. Paralelamente, busca-se investigar como este comportamento favoreceu a ampliação na desigualdade socioeconômica entre diferentes faixas de renda. A hipótese adotada, seguindo o que aponta a literatura, é que a inflação acumulada (nos anos e período analisado) impactou de forma diversa as diferentes faixas de renda, tendendo a pesar de forma mais expressiva as faixas de renda mais baixas, e implicando em penalização aos mais pobres. Este processo pode ser classificado como um processo de “desigualdade inflacionada”, justamente por ter na inflação um fator que tende a acentuar diferenças entre classes econômicas.

De forma específica, os objetivos estão divididos em:

1. Analisar o comportamento da inflação brasileira, segundo faixa de renda no período entre 2007 e 2020.
2. Estudar o comportamento da inflação para os nove grupos que compõem o IPCA e a distribuição das despesas familiares por grupos e faixas de renda da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), de forma a melhor compreender o impacto da inflação nas diferentes faixas de renda.
3. Analisar o desempenho acumulado dos indicadores supracitados, bem como sua relação com o comportamento de indicadores sociais de forma a compreender o efeito da inflação e seus reflexos nas despesas familiares no período em estudo.

2 Revisão Bibliográfica

Estudos recentes têm demonstrado que a inflação brasileira, ainda que mantida sob controle nas últimas décadas, mantém-se como um problema crônico da economia do país. Este fenômeno de aumento generalizado de preços, também definido como um “imposto inflacionário” decorrente da sistemática perda de poder de compra da moeda gera uma série de distorções na economia, afetando não apenas os indicadores macroeconômicos, mas também indicadores socioeconômicos, ligados, por exemplo, à desigualdade social. “A contabilização da inflação é uma forma de medir as tendências do bem-estar econômico[...] da população.” (JARAVEL; COLLYER; WIMER, 2019. p.1).

Pesquisas e discussões que trabalham com avaliações agregadas da inflação e seus efeitos socioeconômicos, podem incorrer em distorções a depender do foco da análise. Martinez e Cerqueira (2011) destacam que ao analisar a inflação como um processo agregado pode distorcer as particularidades que a variação dos preços produz em alguns segmentos de consumo. É viável que se tenha uma avaliação dos efeitos inflacionários e seus determinantes para que se elaborem adequadamente políticas econômicas.

De acordo com Jaravel; Collyer; Wimer (2019) o problema de estudar indicadores agregados como, por exemplo, o PIB, é que os dados podem encobrir variações pontuais da distribuição econômica, interpretando-o erroneamente. Da mesma maneira, analisar a inflação de forma agregada pode mascarar os problemas enfrentados pelas classes sociais devido a variação dos preços, dado que as diferentes faixas de renda respondem a essa variação de formas distintas.

Em se tratando dos efeitos da inflação nos indicadores de desigualdade social, a avaliação agregada da inflação, embora possa sinalizar a aceleração (ou recuo) da desigualdade (a depender do comportamento dos preços) limita uma compreensão mais profunda sobre as origens e efeitos deste processo para os diferentes agentes da sociedade.

Easterly e Fischer (2000) defendem que as classes mais altas de renda detêm melhores condições de proteção contra as variações da inflação, pois dispõem de instrumentos financeiros mais acessíveis, que permitem retornar a estas classes, parte dos efeitos da inflação através de investimentos cujo rendimento está atrelado à inflação. Em contrapartida as classes mais baixas de renda, que detêm menos instrumentos de proteção, são as mais penalizadas, arcando com um maior imposto inflacionário. Esse cenário reflete na redução no padrão de vida dos mais empobrecidos gerando uma desigualdade social entre ricos e pobres.

Silva e Fonseca Neto (2011) estimaram os efeitos da inflação em três classes de renda (pobres, classe média e alta) e duas regiões (Nordeste e Centro-Sul) entre 1995 a 2008. Para tanto, seguiram metodologia similar à empregada pelo IBGE, através do cálculo do índice de Laspeyres, mas considerando os recortes de classes e renda. Como resultado os autores concluíram que para o período analisado:

[...] a inflação dos pobres foi inferior à média nacional graças, sobretudo, ao grupo alimentação e bebidas, que tem maior participação na cesta dos pobres e cujos preços foram contidos pela apreciação cambial e boas safras agrícolas nos primeiros anos do Real. Levando em conta as alterações favoráveis dos preços relativos, encontra-se que a renda real dos pobres teria crescido ainda mais. (SILVA; FONSECA NETO, 2011. p.1)

Outro estudo que aponta a relação entre as variáveis que explicam as distorções da inflação foi realizado por Barboza (2008). Neste trabalho, o autor faz uma análise econométrica entre inflação e desigualdade de renda buscando relacionar se há existência de causalidade entre elas. Foram usadas variáveis como Índice de Gini como forma de mensurar a desigualdade, a inflação como variável explicativa e inclusão da variável que explica o crescimento do produto. Porém, os estudos empíricos analisados contrapõem causalidade direta entre inflação e desigualdade. Portanto, a relação apenas das variáveis inflação e desigualdade não puderam ser analisadas diretamente sem a inclusão de outras variáveis pertinentes à explicação da pesquisa apresentada. (BARBOZA, 2008).

Para Sabbadini e Rodrigues (2010) o aumento do nível de preços em torno das altas taxas de juros prejudicam mais fortemente os mais pobres. Isso pode ser explicado porque a classe de renda mais favorecida consegue se proteger da inflação por meio da posse de ativos financeiros, isso resulta em um aumento da desigualdade de renda provocada entre outros fatores pela alta da inflação. A pesquisa analisou 81 países entre 1987 e 2006. Os autores recorreram ao índice de Gini como indicador para analisar a desigualdade de renda e a taxa de inflação como variável explicativa do efeito positivo nos modelos não lineares quando são considerados diferentemente daqueles utilizados na literatura que utilizam dados em *crossection*. A variável explicativa de interesse foi medida pela taxa anual do índice de preços ao consumidor (IPC), sendo dados obtidos por meio da base do International Financial Statistics (IFS) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). De acordo com o estudo dos países verificaram-se que os países que possuem maiores níveis de desigualdade são aqueles em que os governantes apoderam da riqueza produzida, ou seja, possuem de instituições de baixa qualidade. Os resultados obtidos pelos modelos não lineares mostraram que até certo nível de inflação possui efeito positivo sobre a desigualdade de renda calculado sobre o índice de Gini.

Para valores maiores de inflação, o índice é negativamente afetado. Dessa forma, o estudo apontou que, para maioria dos países existe uma relação positiva entre inflação e desigualdade de renda.

Sob essa perspectiva Farias (2016) mostra que a inflação atinge de forma mais abrupta a camada de renda mais baixa da sociedade, isso porque a classe mais empobrecida despende de maior parte de sua renda para bens e serviços de primeira necessidade para a sobrevivência. A análise foi fundamentada na variação de preços utilizando os índices do IPCA e do INPC, com os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Foi utilizada a análise econométrica do modelo de Vetor de Autorregressão (VAR) para observar como a variável inflação afeta a desigualdade de renda. Observando os dados do POF 2008-2009, os autores concluíram que 75% das despesas familiares eram gastas com itens dos grupos de alimentação, transporte e habitação. Esse grupo de consumo obteve um peso maior no dispêndio da renda familiar, e isso contribuiu para o crescimento da inflação no período analisado. Diante disso, a pesquisa mostrou que a variação da inflação elevou a desigualdade de renda, isso porque:

[...] a inflação traz um prejuízo a esta classe, isto é, perda do poder de compra, no qual o dinheiro desvaloriza-se e o indivíduo tem que fazer escolhas, abrindo mão de certos bens para poder maximizar seu bem-estar, devido a sua restrição orçamentária. (FARIAS, 2016. p.73)

Segundo Santana (2018) para acompanhar a evolução da inflação brasileira se atentou a pesquisar os planos e regimes de estabilização e os impactos na renda real das famílias, principalmente as assalariadas, no período de 1990 a 2016. A pesquisa buscou verificar a relação entre inversa entre salário mínimo e a taxa de inflação através dos Plano Real e o Regime de Metas através da análise descritiva e econométrica obtidos pelo Vetor de correção de erros (VEC) e o modelo Vetorial Autorregressivo (VAR). A variável IPCA contribuiu para explicar as variações do salário mínimo. Seu objetivo era entender o impacto da renda real na relação entre salário real e nível de preços. A inserção do regime de metas possibilitou na estabilização da inflação registrou crescimento real sobre o salário mínimo. Constatou-se que a inflação estabilizada seria um determinante nos ganhos reais de poder de compra dessa classe específica de renda. Num primeiro momento, a análise descritiva contribuiu para identificar que o salário mínimo real reduziu em períodos de inflação alta, isso porque a observação do modelo foi baseada nos rendimentos da classe de renda mais baixa. Porém ela destaca as particularidades de cada período histórico da inflação brasileira seguindo as políticas econômicas executadas em cada época. De acordo com os resultados encontrados, percebeu-

se que o impacto na inflação no salário mínimo não foi tão pertinente quanto esperava devido algumas políticas que valorizaram o salário mínimo durante o período analisado.

Considerando a breve análise apresentada, outro fator relevante para a investigação das distorções que a inflação provoca, pode-se destacar também o impacto gerado na Segurança Alimentar das pessoas gerando menor acessibilidade, principalmente as mais vulneráveis a variações de preços como é o caso da classe de menor renda. A alta nos preços dos alimentos provoca menor acessibilidade a subsistência dos mais pobres e isso promove uma exclusão social. Os dados que identificam as famílias em situação de insegurança alimentar foram baseados na POF 2008/2009 utilizando como índice de variação de preços o INPC. Levando em consideração que a pesquisa analisou programas sociais do governo como Bolsa Família, constatou-se que houve um aumento na renda familiar da classe mais baixa, uma mudança no perfil de consumo em relação aos alimentos. Porém a pesquisa destacou que mesmo com uma renda maior fornecida pelo programa social, não garantiu uma condição necessária de segurança alimentar, isso porque a inflação dos alimentos ao longo dos anos tem sido a causa de maior vulnerabilidade das famílias de baixa renda (SOUZA, 2012).

Jaravel; Collyer; Wimer (2019), estudando os índices de preços ao consumidor dos EUA (Consumer Expenditure Survey), que aproxima dos índices brasileiros como IPC, no período de 2004 a 2018, concluíram que a desigualdade de renda é a consequência de como os preços impactam nas camadas mais pobres da sociedade, fenômeno denominado como “desigualdade inflacionada”. Os autores apontam que as famílias mais vulneráveis sofrem maiores impactos da inflação na renda real comparados a famílias mais ricas. Para tal conclusão a metodologia utilizada neste trabalho foram as estimativas de inflação derivadas dos dados dos níveis dos códigos de barras a partir de 2004, que permitiram analisar a desigualdade de inflação.

O diferencial empírico deste trabalho em análise, foi estimar de forma desagregada a inflação, para mostrar as particularidades de como as famílias respondem a variação de preços de determinadas cestas de consumo, isto é, a inflação de forma agregada colocaria de fora as privações enfrentadas pelas famílias de baixa renda. Portanto, a partir dessas análises, os autores concluem que a inflação não pode ser uma variável uniforme que generaliza todos os segmentos sociais, porque há o problema da distribuição de renda.

Tal análise mostra como o problema da inflação e seus efeitos sobre a desigualdade social não é algo particular da economia brasileira. Com a breve análise da revisão bibliográfica foi possível perceber que a adoção de alguns métodos pode trazer resultados adequados em algumas situações, mas algumas com distintas divergências a depender da investigação, do período e dos métodos abordados. Portanto, tais fatos nos remetem sobre a complexidade da

análise inflacionária, principalmente no Brasil, em que não prevalecem apenas os fatores econômicos, mas também as questões políticas, que influenciam na dinâmica inflacionária contribuindo para a problemática da desigualdade social.

3 Metodologia e Dados

3.1 Metodologia

O presente trabalho pretende, de modo a atender aos objetivos definidos, realizar uma pesquisa de caráter descritivo e exploratório com uma perspectiva quali-quantitativa. Isso porque as informações obtidas por meio da revisão bibliográfica nos direcionam o caminho a ser tomado pela pesquisa. Para Gil (2002), uma das principais vantagens da pesquisa bibliográfica é o fato de permitir ao pesquisador uma cobertura mais ampla dos fenômenos do que aquela que poderia ser pesquisada diretamente. A pesquisa bibliográfica se torna indispensável nos estudos históricos, isso porque no presente estudo não há outra maneira de conhecer os fatos inflacionários passados se não for com a base em dados bibliográficos.

Conforme Selltitz et al. (1965), estudos que empregam métodos de caráter exploratório, podem ser entendidos como estudos que buscam descobrir ideias e intuições, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado. Para Oliveira (2011), o método exploratório possibilita aumentar o conhecimento do pesquisador sobre os fatos, permitindo a formulação mais precisa de problemas, criar hipóteses e realizar novas pesquisas mais estruturadas. De forma semelhante, Gil (2002) considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Segundo Malhotra (2001), através da pesquisa qualitativa tem-se uma melhor forma de ver e compreender o contexto do problema, em contrapartida, a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados na qual se aplica alguma forma da análise estatística. Dessa forma, a pesquisa qualitativa pode ser usada, também, para explicar os resultados obtidos pela pesquisa quantitativa. Sob a perspectiva da pesquisa quantitativa os dados que serão levantados nos possibilitarão analisar com vigor estatístico o entendimento da relação entre o processo inflacionário e a desigualdade de renda.

Ademais, as análises aqui realizadas se basearão na revisão da literatura científica a respeito da inflação brasileira, fontes como relatórios de agências especializadas, artigos publicados em periódicos, teses, dissertações, revistas e sites especializados.

A princípio, o objetivo da pesquisa não será medir os índices de preços para estimar diferentes inflações, mas como a inflação acumulada no período afeta o consumo para diferentes classes sociais. Uma análise mais detalhada da dinâmica da inflação no período pode ser obtida desagregando as séries históricas, isso será instigante, pois a organização das informações possibilitará investigar a dimensão da relação entre inflação e as diferentes faixas de renda.

3.2 Dados

3.2.1 Inflação por faixa de renda

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realiza mensalmente o acompanhamento da inflação brasileira para faixas de renda. Tal indicador utiliza as variações individuais de preços aferida pelo SNIPC (Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor) do IBGE, que faz a pesquisa primária de preços mais abrangente em termos geográficos. A partir destes dados, o IPEA calcula mensalmente os IPCs por faixa de renda por meio de índices de Laspeyres, que são médias ponderadas de preços, de um determinado conjunto de bens em comparação a um determinado período-base. É calculado como descrito abaixo:

$$\text{Índice de Laspeyres} = \left(\frac{\sum P_t * Q_0}{\sum P_0 * Q_0} \right) * 100$$

Onde:

P_t = Preço no período considerado

Q_0 = Quantidade no período-base

P_0 = Preço no período Base

O Quadro 1 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção dos índices.

Quadro 1 - Faixas de renda mensal domiciliar*

Faixa de renda	Renda familiar
1- Renda muito baixa	menor que R\$ 900
2- Renda baixa	entre R\$ 900 e R\$ 1350
3- Renda média-baixa	entre R\$ 1350 e R\$ 2250
4- Renda média	entre R\$ 2250 e R\$ 4500
5- Renda média-alta	entre R\$ 4500 e R\$ 9000
6- Renda alta	maior que R\$ 9000

Fonte: IPEA (2019).

*A preços de janeiro de 2009.

A série histórica do Instituto tem início no ano de 2007, daí o início da análise realizada no presente estudo.

3.2.2 Despesa Familiar da POF

Os dados empregados no presente trabalho têm como base a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF). A POF é uma pesquisa realizada pelo IBGE, cujo objetivo é medir os padrões de consumo, gastos, renda e bens dos indivíduos e das famílias, para o perfil das condições de vida da população brasileira, a partir da análise de seus orçamentos domésticos. A POF é constituída de vários questionários, abrangendo cada um uma perspectiva diferente das abordagens tratadas pela pesquisa. No presente estudo se utilizará dos dados de despesa monetária e não monetária média mensal familiar. É possível a partir dos dados estudar a composição das despesas das famílias, de acordo com as faixas de renda, as regiões do país e o tamanho do mercado de bens de consumo e serviços, apresentados pela POF (IBGE, 2020).

Em nosso período de pesquisa (2007 a 2020) foram realizadas duas POF's (2008-2009 e 2017-2018). Isto permite analisar como a organização do consumo nos orçamentos familiares se comporta nas diferentes faixas de renda, dada a variação no IPCA. Quanto a este último aspecto, para a análise dos dados da POF concomitante aos de inflação por faixa de renda (IPC/IPEA), fez-se necessária a compatibilização das faixas, uma vez que os dados da POF estão discriminados em sete categorias, segundo valores monetários (com referência ao salário

mínimo dos anos de pesquisa supracitados), enquanto as faixas do IPCA/IPEA estão divididas em seis categorias nominais, por faixas de renda que varia de muito baixa a alta.

Para tanto, foi construído novo intervalo de renda para os dados da POF por meio de média aritmética simples da renda dos indivíduos de duas categorias, a saber, aqueles no intervalo de dez (10) até quinze (15) salários mínimos e daqueles com renda superior a quinze (15) até vinte e cinco salários mínimos (25), vigentes à época. Este novo intervalo de renda, que agrega ambas as faixas de renda mencionadas, ou seja, de dez (10) a vinte e cinco (25) salários, foram consideradas na categoria “renda média-alta” do IPC, conforme segue:

Quadro 2 – Compatibilização das faixas de renda da POF e IPC

Faixas de renda	POF	IPCA
1º	Até 2 salários mínimos	Renda muito baixa
2º	> 2 a 3 salários mínimos	Renda baixa
3º	> 3 a 6 salários mínimos	Renda média-baixa
4º	> 6 a 10 salários mínimos	Renda média
5º	> 10 a 25 salários mínimos	Renda média-alta
6º	> 25 salários mínimos	Renda alta

Fonte: Elaboração própria, com dados da POF/IBGE e IPCA por faixa de renda/IPEA.

As despesas estão relacionadas as unidades de consumo na aquisição de bens e consumo de forma que atendem as necessidades e desejo familiares no período da pesquisa realizada. Estas despesas estão organizadas de acordo com os seguintes grupamentos, segundo a POF 2008/2009 e 2017/2018:

1. Alimentação: Corresponde a aquisição total de consumo com alimentos realizada para o domicílio quanto aquela realizada e consumido fora do domicílio.
2. Habitação: Despesas com aluguel de moradia, taxas de condomínio, energia elétrica, água, esgoto, gás, telefone, dentre outros. Estão incluídas despesas com manutenção e reparos do domicílio, além de aquisições de equipamento e eletrodomésticos.
3. Vestuário: Despesas com aquisição de roupas, sapatos e acessórios.

4. Transporte: Despesas com transporte urbano como, ônibus, taxi, metrô, trem, barco, etc. Nesse grupamento incluem também despesas com aquisição de combustível para veículo próprio e despesas com viagens. Além de despesas como seguro próprio, estacionamento e pedágios.
5. Higiene e cuidados especiais: Despesa com aquisição com artigos de higiene e beleza como, perfume, sabonete, produtos para cabelo, maquiagem, cortador de unha, lâmina de barbear, dentre outros.
6. Assistência a saúde: Estão inclusos nesse grupamento, despesas com serviços e produtos relacionados a saúde como, remédios, planos e seguros de saúde, consultas médicas e odontológicas, tratamentos, cirurgias e exames diversos.
7. Educação: Despesas com mensalidades e despesas escolares e cursos básicos e curso superior. Dentre outras despesas tais como, livros, materiais escolares, uniformes, matrículas.
8. Recreação e cultura: Despesas com brinquedos, jogos, celulares, acessórios, livros e revistas não didáticos. Além disso, esse grupamento ainda conta com as despesas com recreações e esportes, como equipamentos esportivos e instrumentos musicais.
9. Fumo: Despesas com cigarro, charutos, fumo para cachimbo. Além de artigos para fumantes como fósforos e isqueiros.
10. Serviços pessoais: Despesas com consertos de artigos pessoais (sapato, chaveiro, relógio), serviços de beleza (cabeleireiro, manicure, depilação, maquiagem).
11. Despesas diversas: Esse grupamento refere -se a despesa com jogos e apostas, comunicação (correio, telefone público), cerimônias e festas familiares, além de serviços como, cartório, advogado, despachante, contador, despesas com imóveis (aluguel de imóveis, condomínio). Além de despesas com alimentação e produtos para animais, plantas e etc.

3.2.3 IPCA por grupos de produtos e serviços

O Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC) do IBGE realiza a pesquisa primária de preços mais abrangente em termos geográficos. O acompanhamento da inflação é realizado a partir de índices de preços, e variam conforme o foco de análise da

referida medida. A nível do consumidor, os índices buscam mensurar a variação nos preços de bens e serviços, “na ponta do consumo”, captando com isso a variação no custo de vida da população. Para tanto, utilizam como parâmetro, os preços de bens e serviços adquiridos pelas famílias. Para analisar se os bens mais relevantes determinam o direcionamento do IPCA, é necessário considerar o peso do bem/serviço de consumo e a sua relevância na variação de seu preço. Sob essa perspectiva a escolha do IPCA se torna relevante para a observação do comportamento dos segmentos de renda desde a mais baixa até a mais alta, pois esse índice é baseado no custo de vida médio das famílias brasileiras com renda de até 40 salários mínimos. (IBGE, 2020).

O IPCA pode ser subdividido em diferentes agregações, sendo: subitens, itens, subgrupos e grupos. Para as análises aqui realizadas, o nível agregação analisado será dos grupos, que contempla nove categorias, a saber:

1. Alimentação e bebidas
2. Habitação;
3. Artigos de residência;
4. Vestuário;
5. Transportes;
6. Saúde e cuidados pessoais;
7. Despesas pessoais;
8. Educação;
9. Comunicação.

Tais agrupamentos detêm ponderações específicas na composição do IPCA, ponderações definidas a partir da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), também elaborada pelo IBGE. Durante o período da pesquisa, as estruturas de ponderações do IPCA têm como base três POFs: POF 2002-2003, empregada na ponderação do IPCA entre julho de 2006 a dezembro de 2011, da POF 2008-2009, que vigorou de janeiro de 2012 até dezembro de 2019, e da POF 2017-2018, que define as ponderações desde janeiro de 2020.

Os dados obtidos da POF, proporciona uma análise de como a organização dos pesos do consumo distribuídos nos orçamentos familiares em relação ao IPCA se comporta entre a cesta de referência em análise e o padrão de consumo das diferentes faixas de renda.

3.2.4 Indicadores Sociais

Para analisar o efeito da inflação entre as diversas classes de renda, foram selecionadas três variáveis, ou indicadores socioeconômicos, de modo a vislumbrar como a deterioração do poder de compra ocorre de forma desigual na população brasileira. Os indicadores selecionados foram:

i. Avaliação do grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com rendimento monetário familiar: trata-se de informações apresentadas na POF (2008-2009), com as faixas de renda devidamente compatibilizadas. Os níveis de dificuldade oscilam em seis categorias, entre “muita dificuldade” e “muita facilidade”. O período analisado desta POF 2008/2009 contempla bem os primeiros anos da análise, além de que não foram disponibilizadas tais informações da POF 2017/2018 em formato de relatório pelo IBGE.

ii. Endividamento das famílias brasileiras: As informações são referentes à Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A pesquisa faz o acompanhamento do nível de endividamento do consumidor, bem como o tipo de dívida, se há condições de pagar e a parcela da renda comprometida com a dívida. Os dados são abertos para duas faixas de renda: até dez (10) salários mínimos e superior a dez (10) salários mínimos. Além disso, será usado o recorte temporal de janeiro de 2010 a dezembro de 2020.

iii. Salário nominal e salário real – A série de salários nominais de 2007 a 2020 é do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Os dados foram deflacionados usando o IPC por faixa de renda e IPCA acumulados anualmente, com base nos preços de 2007.

iv. Índice de Gini do rendimento médio mensal: O índice mede o grau de concentração de renda e varia de zero a um. O valor zero representa a situação de plena igualdade de renda, ou seja, quanto mais próximo a zero, menor a desigualdade do grupo. Em contrapartida, o valor um representa plena desigualdade. Serão analisados os índices entre o período de 2012 a 2019. São informações disponibilizadas pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) obtidas por meio

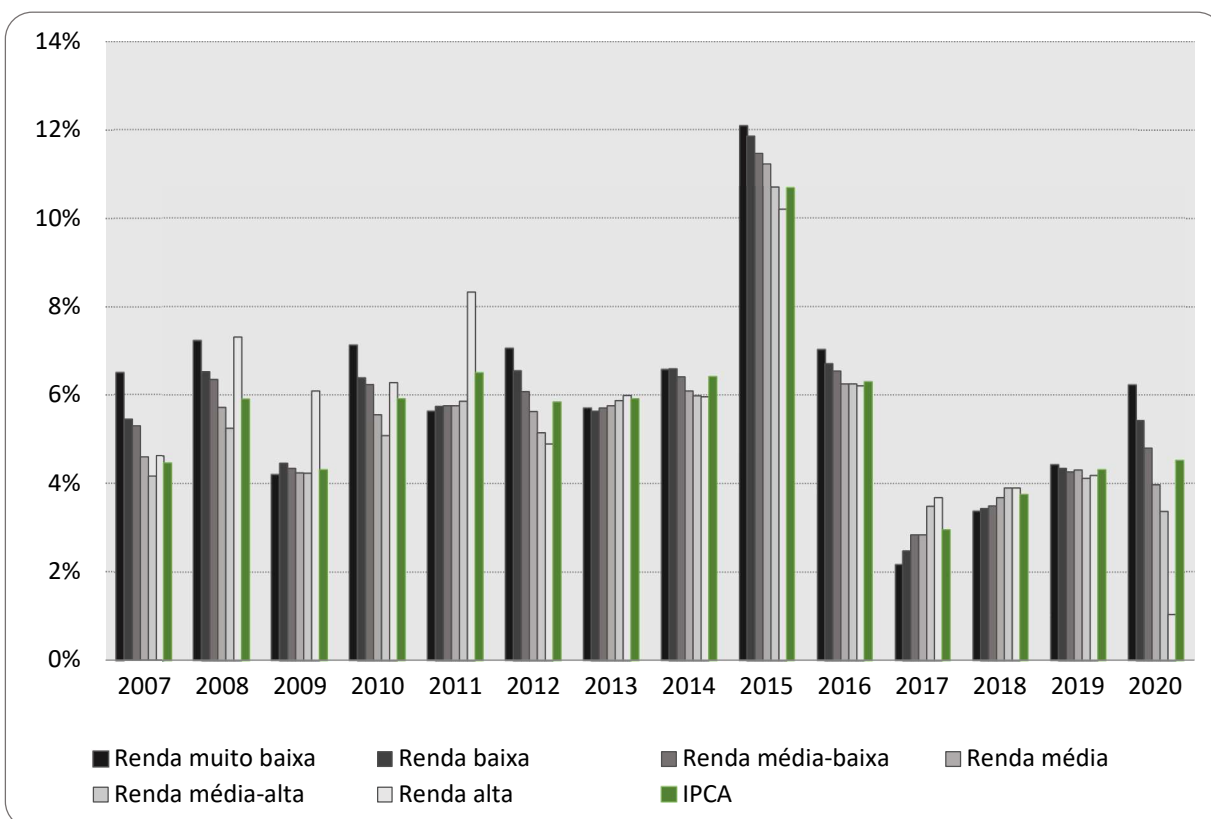
da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). O início em 2012 deve-se ao fato de que foi nesse ano que a PNADC foi implantada.

4 Resultados e discussões

4.1 O desempenho da inflação por faixa de renda e seus condicionantes

A análise do indicador de inflação por faixa de renda, ao longo dos anos de 2007 a 2020, é apresentada na Figura 1. Apesar de as taxas de inflação apresentar tendências semelhantes, constata-se diferenças de nível entre os agrupamentos de renda. As faixas que mais sentiram os impactos da inflação no período foram as de renda “muito-baixa” e “baixa”. Para estas faixas, nos 14 anos analisados, variações da inflação acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foram observadas em 8 e 9 anos, respectivamente. Em comparação com o outro extremo, classes de renda “média-alta” e “alta”, esse padrão de variação deu-se em 4 e 8 anos, nesta ordem.

Figura 1 – Inflação anual por faixa de renda entre os anos de 2007 e 2020



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA, de 2007 a 2020.

Entre os anos de 2007 e 2010, início do período em estudo, o IPCA se manteve em torno de 7% a.a. em todas as faixas de renda. Esse intervalo é marcado pela crise financeira

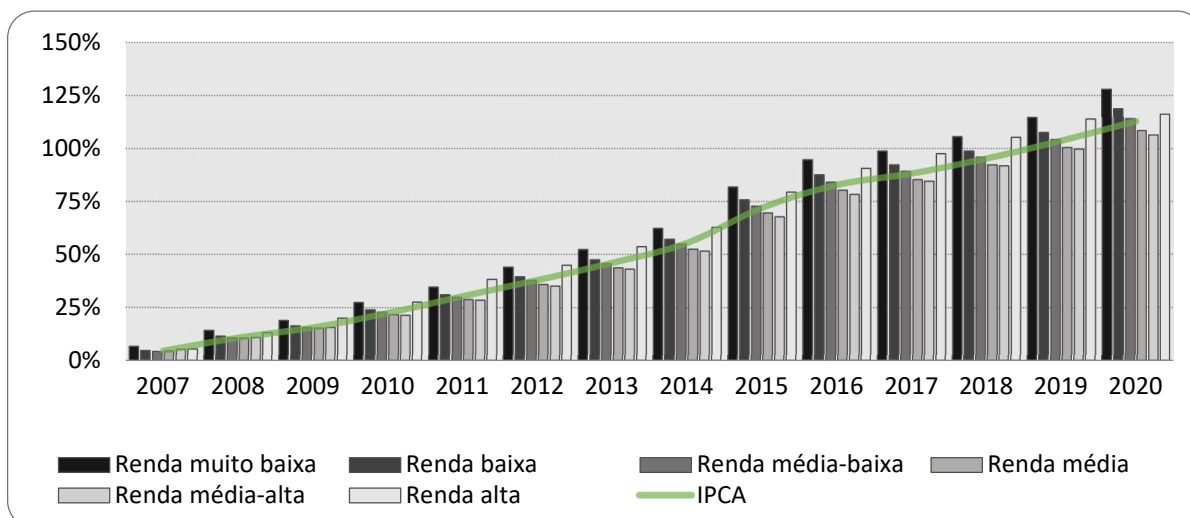
internacional, cujos efeitos se sobressaíram em 2008. De imediato, apesar de a conjuntura externa ter influenciado na alta dos preços, dado o câmbio desvalorizado e as medidas anticíclicas adotadas pelo governo brasileiro que estimularam o consumo interno, o Brasil rapidamente conseguiu reverter o primeiro descompasso (aumento do câmbio) e, com isso, mitigar a aceleração da inflação. Observa-se na maior parte desses anos que a faixa de renda mais penalizada foi justamente a de renda “muito baixa” e renda “baixa”, exceto no ano de 2009; ainda, a inflação também se mostrou elevada na classe de renda “alta” partir de 2008, tendência que permaneceu até o ano de 2011.

Nos anos que antecederam a crise política e econômica, 2012 e 2014, o aumento do nível de preços continuou preponderante entre os de classe mais baixa, exceto em 2013, em que a inflação ficou abaixo dos 6% a.a. para todos os níveis. Em 2015, porém, o aumento acentuado do índice marca a saída do Brasil de um virtuoso processo de crescimento e estabilidade, ao fechar o ano com o IPCA próximo de 12%. A elevação de preços pesou mais no consumo alimentício, na habitação e no custo dos transportes, ou seja, naqueles grupos de consumo que subtraem a maior parcela de renda da população mais pobre. Nota-se, portanto, uma relação inversamente proporcional entre inflação e renda, à medida que o nível de renda aumenta os preços ao consumidor decresceu (Figura 1).

Nos anos seguintes, com a adoção de políticas de estabilização, como a redução dos gastos públicos e aumento da taxa de juros Selic, o IPCA teve recuo e voltou a oscilar entre 7% ao ano. Em 2017, pela primeira vez em dez anos, a faixa de renda menos impactada pela inflação foi a de renda “muito baixa”, tendência que se manteve em 2018, enquanto os maiores índices foram registrados nos níveis de renda “média-alta” e “alta”. Por fim, em 2020 o índice se comportou de modo similar a 2015 – relação inversa entre nível de renda e taxa de inflação. A queda do poder de compra, neste último caso, foi justificada especialmente pelo contexto pandêmico de Covid-19: repasses do benefício governamental *Auxílio Emergencial* que aumentaram a demanda agregada (RIBEIRO; DA SILVEIRA, 2020), além da desvalorização cambial e o aumento da demanda internacional por commodities, culminando na elevada alta nos preços dos alimentos.

Na figura 2 estão representados os índices de inflação acumulados ao ano no decorrer do período, o que permite constatar que os extremos de renda (baixa e alta) foram os que mais registraram inflação acima do IPCA. Entretanto, quando se analisa o diferencial entre a inflação observada no grupo e o IPCA, verifica-se que a inflação para os grupos de renda “muito baixa” e “baixa” foi expressivamente maior que o diferencial para os grupos de renda “média alta” e “alta”.

Figura 2 – Inflação acumulada por faixa de renda entre os anos de 2007 e 2020



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA, de 2007 a 2020.

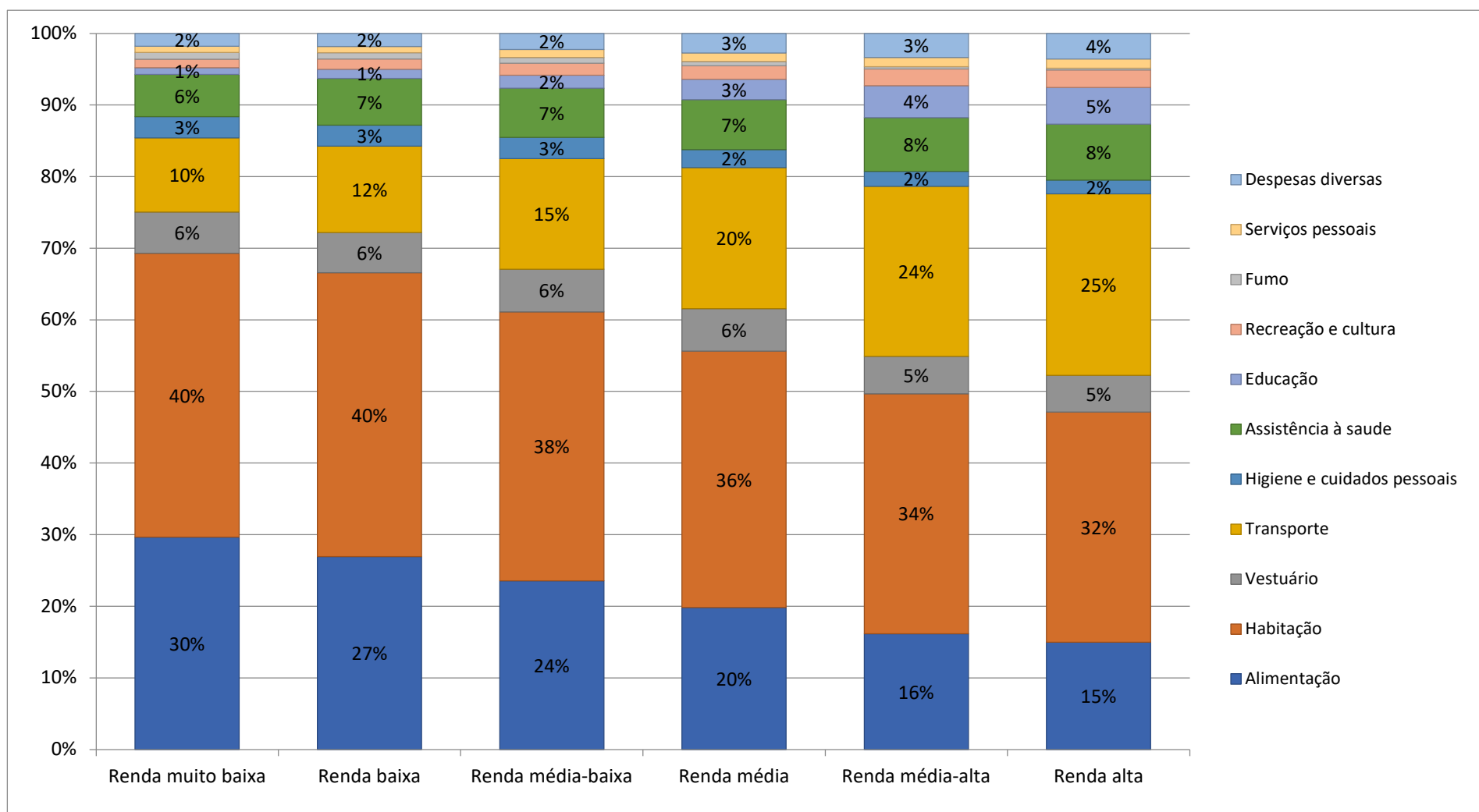
Tais resultados indicam que, embora as faixas de renda mais baixas e renda alta tenham registrado com maior frequência inflação acima da média nacional, os diferenciais para as faixas de renda “muito-baixa” e “baixa” foram ainda mais significativos. Isso implica em custos sociais mais expressivos para as classes mais pobres, contribuindo para sua condição de pobreza e tornando-se empecilho para mobilidade social para classes de renda maior.

Quanto à tendência da inflação entre os mais ricos, esta pode ser explicada pelo o peso que o grupo de serviços tem sobre o orçamento familiar dessa parcela da população. Para melhor compreender esta e outras relações da inflação por faixa de renda, a próxima seção dedica-se a analisar a distribuição das despesas familiares por grupos de bens e serviços, e como estas despesas se relacionam para as diferentes faixas de renda, e investigar o comportamento da inflação segundo os grupos do IPCA.

4.2 A distribuição do orçamento familiar segundo faixa de renda e grupos de consumo

Em relação às despesas familiares, conforme levantamento da POF 2008/2009, para as classes de renda muito-baixa e baixa, as principais despesas se relacionam a gastos com alimentação e habitação (Figura 3). Estes dois grupos representam juntos mais de 60% das despesas familiares para as classes de renda “muito-baixa” e “baixa”. Observa-se, ainda, que o percentual do orçamento comprometido com despesa alimentícia decresce à medida que a faixa de renda aumenta. Entre os mais ricos, por exemplo, 12% da renda são gastos com alimentos, frente aos 24% gastos entre os mais pobres.

Figura 3 – Distribuição das despesas familiares segundo grupos e classes de renda – POF 2008/09



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da POF/IBGE, 2008-2009.

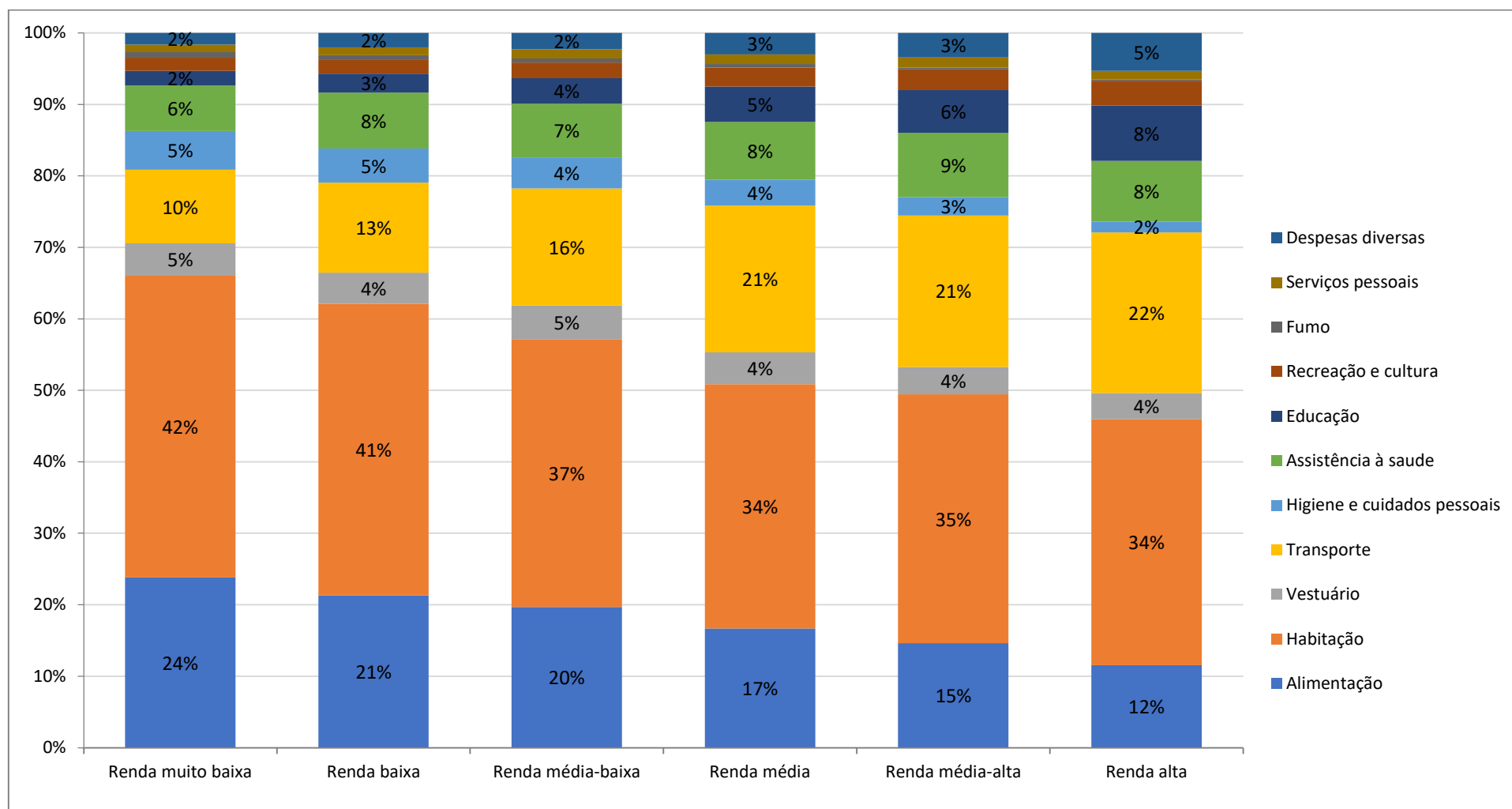
*Nota: as classes de renda apresentadas pela POF divergem ligeiramente das classes apresentadas pelo IPEA. Portanto, tal estudo realizou a compatibilização de forma a realizar análises comparativas, conforme explicitado na seção metodológica.

As despesas com habitação aparecem com maior peso em todas as faixas de renda, mas preserva a característica observada na despesa com alimentos entre as faixas de renda, ou seja, são 8 p.p. a mais gastos com habitação entre os mais pobres em relação aos mais ricos. Além disso, os gastos com transportes também são significativos na composição entre todas as faixas de renda, todavia, cresce de acordo com o aumento do nível de renda: 10% e 12% entre os de renda “muito baixa” e “baixa” e 25% entre os de renda “alta”.

A inflação entre a faixa de renda “alta” foi ligeiramente superior em 2008 em relação à renda “muito baixa” e superior a todas as demais faixas em 2009, sendo a única que ficou acima de 6% no ano. Ao analisar a configuração das despesas da POF 2008-2009 (Figura 3), um dos indicativos de que pressionaram a inflação para cima nesses grupos foram os gastos com educação, despesas diversas e transportes.

Na Figura 4, por sua vez, está representada a distribuição de gastos orçamentários segundo grupos de despesa da POF 2017/2018. Observa-se, para estes anos, disposição de gastos similares as verificadas na POF 2008/2009: alimentação, habitação e transportes seguem sendo os gastos mais incidentes em todas as faixas de renda, com ênfase nos dois primeiros, que pesam mais na cesta de consumo dos mais empobrecidos em termos de renda.

Figura 4 – Distribuição das despesas familiares segundo grupos e classes de renda – POF 2017/18

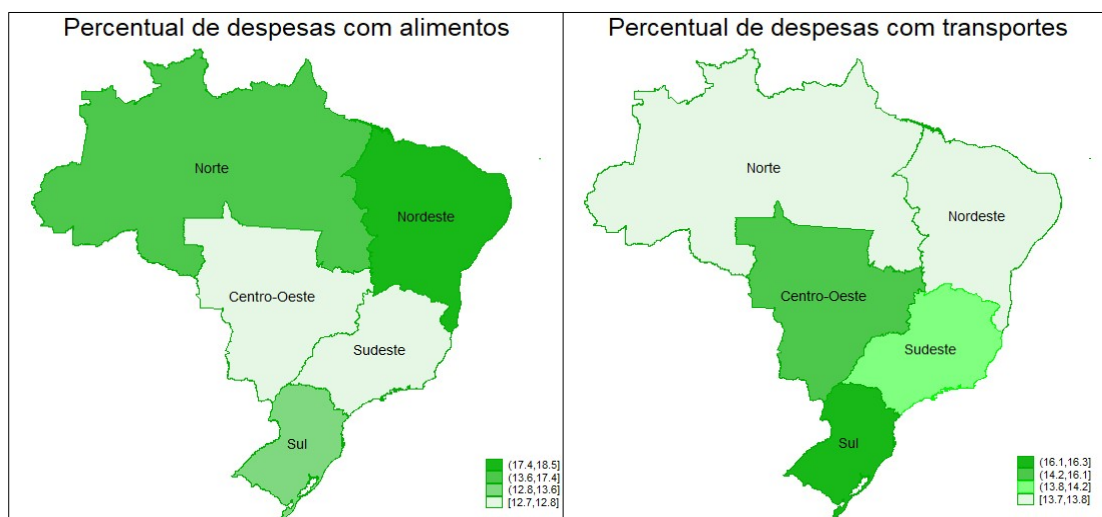


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da POF/IBGE, 2017-2018.

*Nota: as classes de renda apresentadas pela POF divergem ligeiramente das classes apresentadas pelo IPEA. Portanto, tal estudo realizou a compatibilização de forma a realizar análises comparativas, conforme explicitado na seção metodológica.

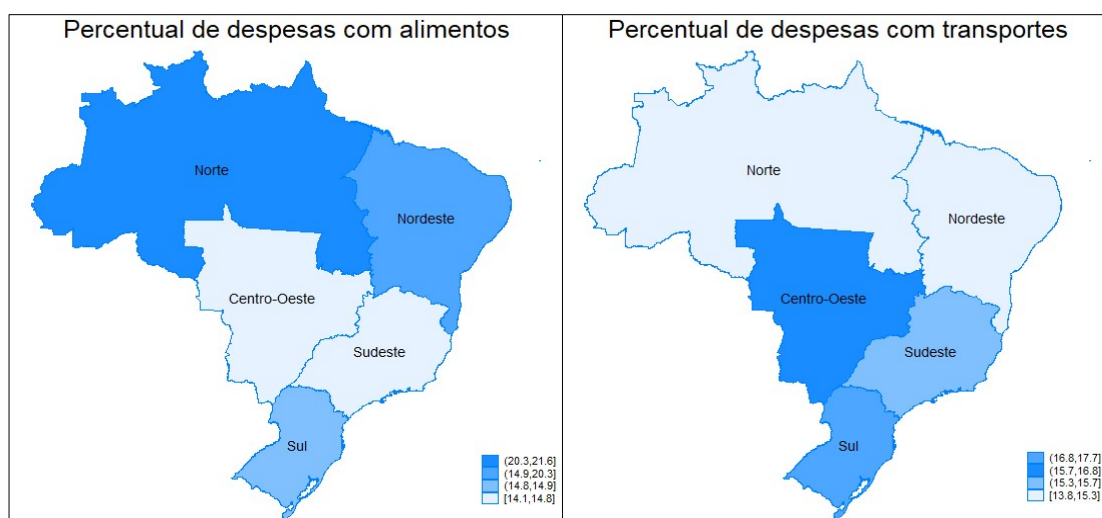
Além disso, apesar de o aumento nos rendimentos advindos do trabalho e da expansão de crédito contribuir para diversificação das cestas de consumo das famílias nos últimos anos – que passou a incluir maior parcela com habitação, educação e saúde e transportes e não apenas despesas de primeira necessidade, como a alimentação, conforme Medeiros (2015) –, a composição dos gastos das famílias brasileiras conserva disparidades regionais importantes quanto ao peso do consumo alimentício. Em se tratando dos grupos de alimentação e transportes, as informações das duas últimas POF (2008/09 e 2017/18) desagregadas por região do Brasil exemplificam essas diferenças, que tendem a seguir as particularidades locais (Figuras 5 e 6), principalmente quando se compara duas regiões distintas quanto à capacidade de geração de empregos e ao produto agregado na economia.

Figura 5 – Despesas com alimentação e transportes, segundo regiões do Brasil – 2008/2009



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da POF/IBGE, 2008-2009.

Figura 6 – Despesa com alimentação e transportes, segundo regiões do Brasil – 2017/2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF/IBGE, 2017-2018.

A parcela da renda gasta com alimentação, nos dois anos da pesquisa, é maior nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, o contrário do que se observa com os transportes, que tende a ser maior em regiões com melhores indicadores socioeconômicos, retratados em ambos os períodos nas regiões Centro-Sul no mapa. Em 2008/2009 cerca de 20% do orçamento eram destinados a gastos com alimentos no Norte e Nordeste, ao passo que, nas demais regiões, esse item de despesa pontuava em torno de 13%. Em 2017/2018, apesar de gastos com outros itens terem aumentado em todas as regiões, a despesa com alimentação na região Norte foi de 21%, enquanto que nas regiões do Sul, Sudeste e Centro-Oeste esse gasto não chegou em 15%. Nesses anos, gastos com transportes pesaram mais nas regiões Sul e Centro-Oeste.

Segundo Holanda Júnior (2014), apesar das cidades da região Nordeste ter apresentado menor índices de inflação ao longo das últimas décadas, quando comparadas às grandes metrópoles brasileiras das regiões Sudeste e Sul, a adoção de políticas monetárias restritivas (como aumento da taxa de juros) podem causar um maior viés recessivo nessas regiões, tendo em vista que os juros reais são superiores às das regiões mais desenvolvidas, ocasionando alta na inadimplência bancária e menor possibilidade de crédito.

A estruturação dos gastos das famílias brasileiras manifesta outro aspecto negativo em termos de desigualdade, concomitante ao ocasionado pela inflação. No Brasil, a carga tributária dos impostos indiretos (que incide sobre a transação de bens e serviços) é de caráter regressivo e, conforme aponta Immervoll et al. (2009), não consegue ser revertida de modo a superar os gargalos econômicos que limitam o desempenho econômico e a desigualdade social. Esse tipo de imposto sobre o consumo atinge principalmente as classes de renda mais baixa, vide a sua elevada participação (cerca de 50%) na estrutura de arrecadação tributária do país³, o que acaba por diminuir o consumo de famílias com menor rendimento e, por conseguinte, forma-se um ciclo de desestímulo à economia. Portanto, a alta incidência de tributos indiretos somada à inflação prevalente nas cestas de consumo dos mais vulneráveis mantém, de forma desproporcional, os prejuízos dos desarranjos macroeconômicos entre as classes de renda, conferindo maior penalização aos mais pobres e convergindo para a perda de bem-estar destes indivíduos.

Cabe destacar que os dados da POF, empregados na presente análise, se referem a despesas monetária e não monetária, logo, a parcela da renda que é poupada (ou seja, não despendida) não é contabilizada nestes dados. Sabendo que as classes de renda mais baixa tendem a despender grande parte de sua renda corrente, sem conseguir realizar poupança. A

³Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), 2016.

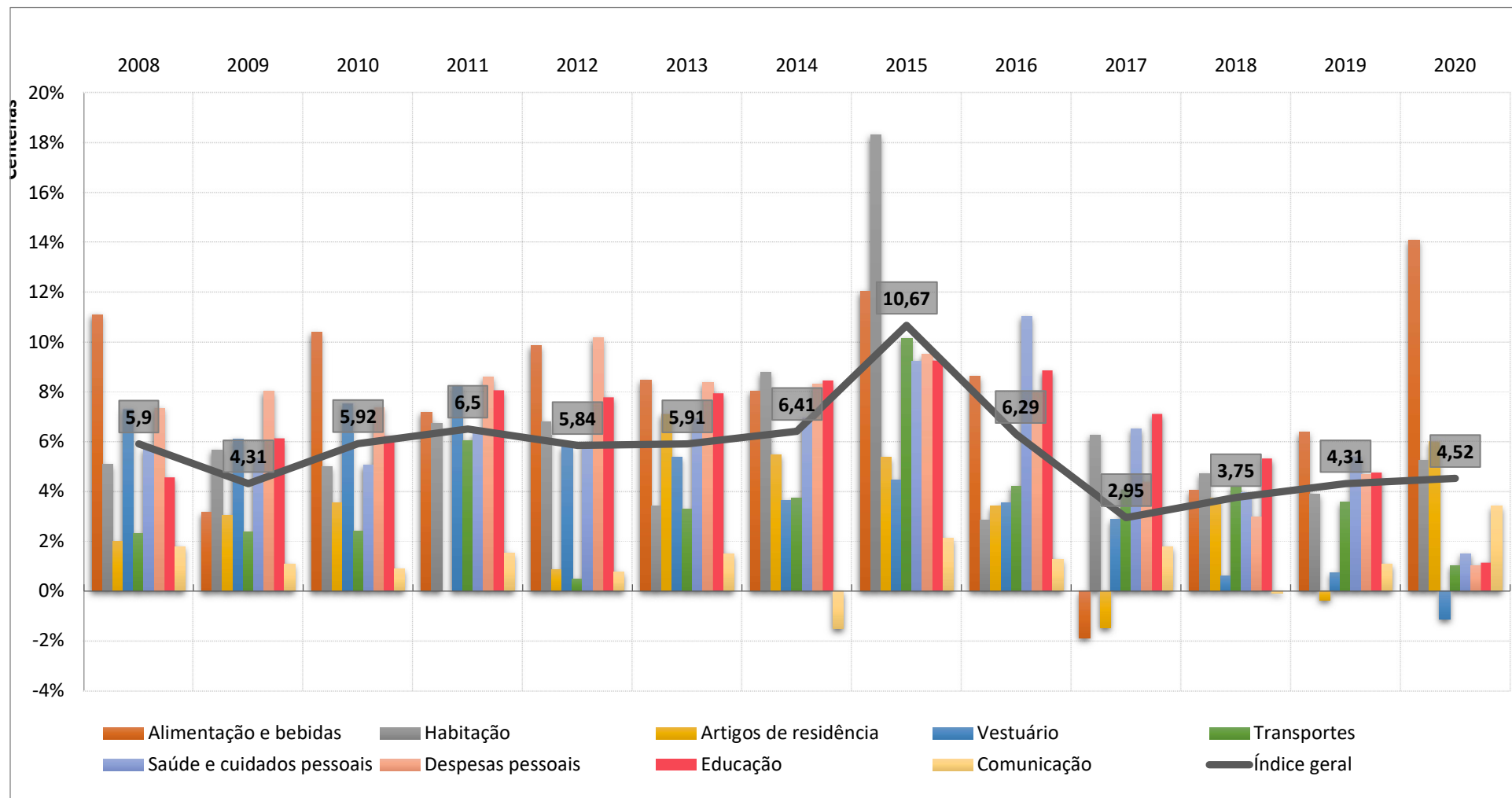
análise da POF, mesmo elucidando cenários relevantes, implica em um viés, que tende a crescer à medida que a renda cresce e com isso a parcela de poupança também. Soma-se a isso, o fato de que a parcela de renda poupada tende a ser aplicada em ativos financeiros indexados a juros ou a índices que compensam a inflação, o que permite proteção financeira contra inflação por pessoas com renda mais alta.

4.3 O desempenho da inflação por grupo de bens e serviços

Quando se trata do comportamento da inflação por grupos do IPCA, constata-se que as maiores altas acumuladas foram registradas nos grupos de bens e serviços de maior relevância nas despesas familiares das classes de renda “muito-baixa” e “baixa”: destaca-se a inflação para os grupos de alimentação e bebidas, despesas pessoais e habitação, os quais registraram variação de até 14% a.a. em 2020, Figura 7. Esses dados estão em concordância com o evidenciado por Farias (2016) e Sabbadini e Rodrigues (2010), os quais destacam o efeito duplamente perverso da inflação nas famílias com orçamentos menores: o primeiro, dado o efeito de corrosão do poder de compra intrínseco a ela e, segundo, por esse efeito ocorrer nos grupos de consumo que ocupam a maior parcela da renda.

Em 2017 foi registrado cenário oposto ao preponderante ao longo do período, quando a inflação observada para o grupo de alimentação e bebidas foi de -1,87%, contribuindo para a considerável queda do IPCA, pontuando 2,95% no ano, o menor valor da série histórica considerada. Ao contrapor as informações de distribuição de gastos da POF 2008/2009 e 2017/2018, empregados como fator de ponderação dos grupos na composição do IPCA, nota-se que a inflação foi maior nos grupos que se destacam nas despesas das classes de renda “média-alta” e “alta”. Ou seja, a alta dos preços foi puxada, principalmente, por gastos com assistência em saúde/cuidados pessoais e educação, o que explica a pressão vinda por parte dessas classes de renda mais elevadas que, em geral, têm acesso a cestas de bens mais diversificadas. No ano seguinte, em 2018, observa-se alta acumulada no grupo de despesas relacionadas à educação, habitação e transportes (passagens aéreas, gasolina e ônibus urbano). Novamente, observa-se que parte da pressão inflacionária foi advinda daqueles grupos de consumo demandados, em sua maioria, por classes de renda mais elevadas, com exceção dos gastos em habitação, que marcou (4,7%) no ano.

Figura 7 – Variação anual do IPCA entre 2008 e 2020, conforme grupos de despesas

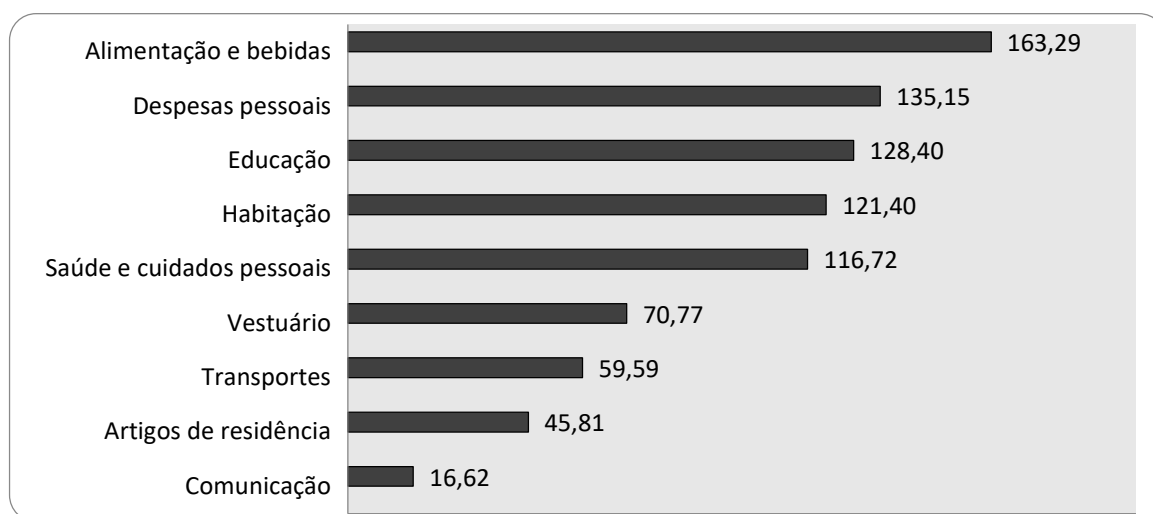


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE, de 2008 a 2020.

*Nota: os grupos descritos na POF são reordenados para compor os grupos do IPCA e, dada a similaridade, permitem análises comparativas.

Na Figura 8 estão os registros da inflação acumulada no período por grupos de despesa. A inflação para os grupos de alimentação e bebidas e o grupo de despesas pessoais acumulou alta de 163,29% e 135,15%, respectivamente. O item de habitação, que tem expressiva participação nas despesas das classes de renda mais baixa, foi o quarto grupo com a maior variação acumulada. Em paralelo, o grupo de transportes, que tem representatividade de pouco mais de 20% nas despesas das classes de renda “média-alta” e alta, registrou inflação acumulada de 59%, uma das menores para o período.

Figura 8 – Variação acumulada do IPCA entre 2008 e 2020, conforme grupos de despesas



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE, de 2008 a 2020.

*Nota: os grupos descritos na POF são reordenados para compor os grupos do IPCA e, dada a similaridade, permitem análises comparativas.

Portanto, no conjunto dos anos analisados, o que se tem é a acumulação da inflação primordialmente entre cestas de consumo que pesam mais no orçamento dos indivíduos de classes de renda mais baixas. Esses resultados indicam não somente uma perda do poder de compra dessas pessoas no período em estudo, mas que o acesso a insumos básicos como alimentação e habitação é limitado tanto pela questão orçamentária, bem como pela dificuldade em manter seu consumo frente à desvalorização dos seus recursos monetários que, quase inteiramente, estão destinados a suprir tais gastos.

Com vistas à melhor compreender como a inflação se reflete em indicadores socioeconômicos e por fim em medidas de desigualdade entre classes econômicas, a próxima seção dedica-se a avaliação de três indicadores: i) grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com rendimento monetário familiar; ii) endividamento das famílias brasileiras; iii) Índice de Gini.

4.4 Desigualdade inflacionada: as relações entre inflação e indicadores sociais

Para ilustração dos aspectos mencionados em relação ao peso desigual que a inflação exerce sobre as diferentes classes de renda, são apresentados na Tabela 1 os níveis de dificuldade em chegar ao fim do mês com o rendimento domiciliar monetário da POF de 2008/2009, em conjunto com a proporção de indivíduos de cada faixa de renda. Verifica-se que na classe de renda “muito baixa”, mais da metade das famílias (63,1%) alegaram possuir “muita dificuldade” ou “dificuldade” em chegar ao fim do mês com o rendimento monetário, enquanto na classe de renda “alta” esse percentual ficou em 8,5%. Com exceção desses dois extremos, ter “alguma dificuldade” foi o nível com maior concentração de famílias nas demais classes de renda.

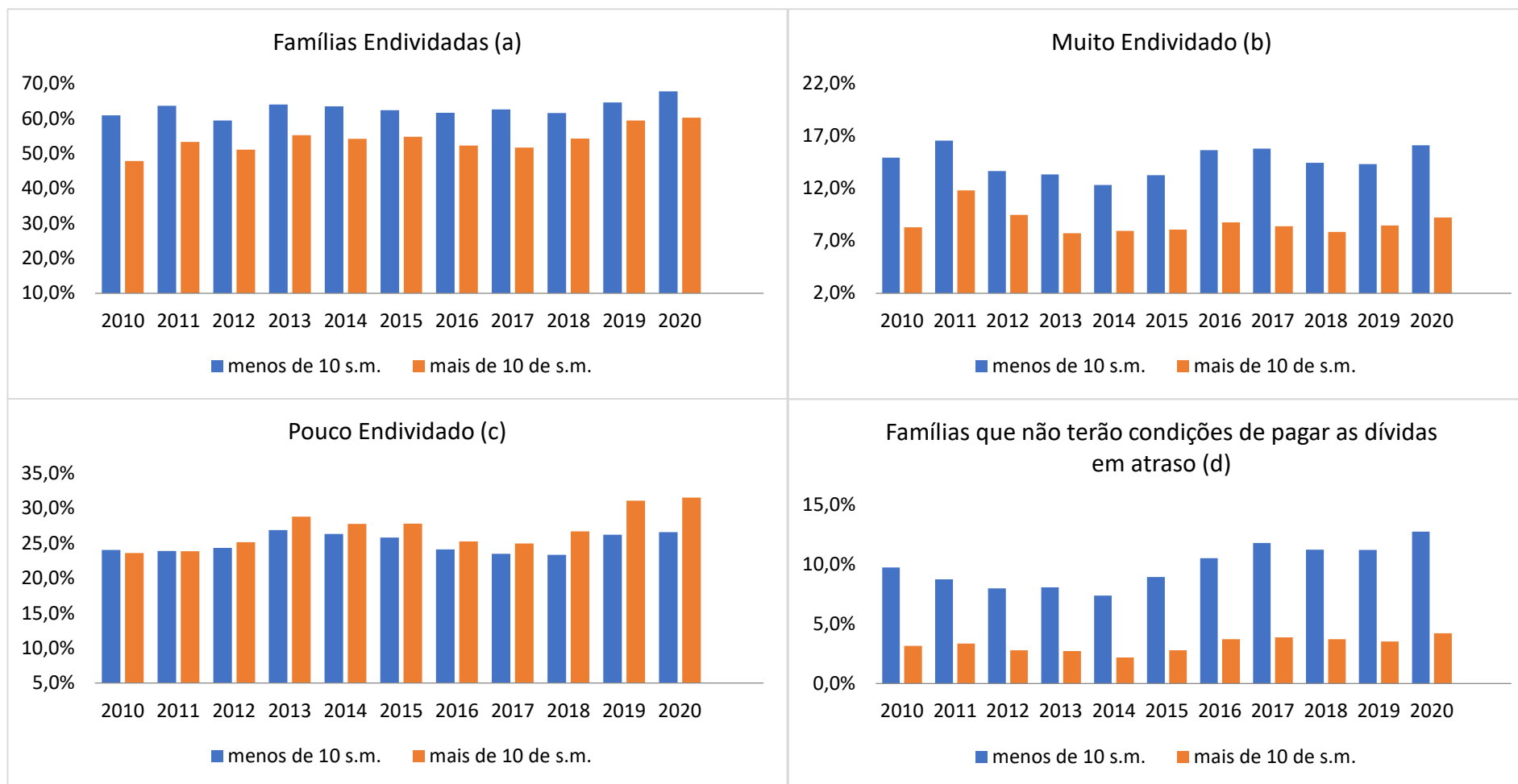
Tabela 1 – Grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com rendimento familiar

Nível Dificuldade	Classe de renda					
	Muito-baixa	Baixa	Média-baixa	Média	Média-alta	Alta
Muita dificuldade	34,5	22,8	14,7	8,7	4,9	3,5
Dificuldade	28,6	25,9	22,4	16,5	10,3	5,0
Alguma dificuldade	27,4	36,2	40,6	41,8	35,0	23,9
Alguma facilidade	6,0	10,0	14,2	19,9	25,2	25,2
Facilidade	2,9	4,8	7,6	12,3	22,7	33,2
Muita facilidade	0,6	0,4	0,5	0,8	2,0	9,1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF/IBGE, 2008-2009.

Essa distribuição indica que os grupos mais vulneráveis à corrosão do poder de compra são também aqueles com menor renda disponível, o que influencia diretamente outra variável indicativa do desempenho econômico e da capacidade financeira dos agentes: o endividamento das famílias. O comportamento desta variável, entre os anos de 2010 e 2020, é apresentado na Figura 9. De forma geral, nota-se que ao longo do período apresentando, o endividamento das famílias brasileiras manteve uma tendência quase constante. No entanto, os níveis de endividamento entre aquelas com renda menor que dez salários são ligeiramente maiores quando comparado ao grupo referente àquelas com renda maior que dez salários.

Figura 9 – Endividamento das famílias brasileiras – 2010 a 2020



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da CNC, de 2010 a 2020.

No ano de 2012 é observado o menor nível de endividamento entre os de renda menor que dez salários mínimos (59,5%), ao passo que, em 2010, as famílias com renda superior a dez salários obtiveram o menor nível (47,9%). No entanto, em 2020, o nível de endividamento é maior para ambos os grupos de renda (67,8% e 60,3%, respectivamente), possivelmente justificado pela Pandemia de Covid-19 que afetou o rendimento de grande parte dos trabalhadores (Figura 9a). Quando se observa o grau de endividamento, o grupo com menor renda se destaca entre os muito endividados e diminui entre os pouco endividados (Figura 9b e 9c).

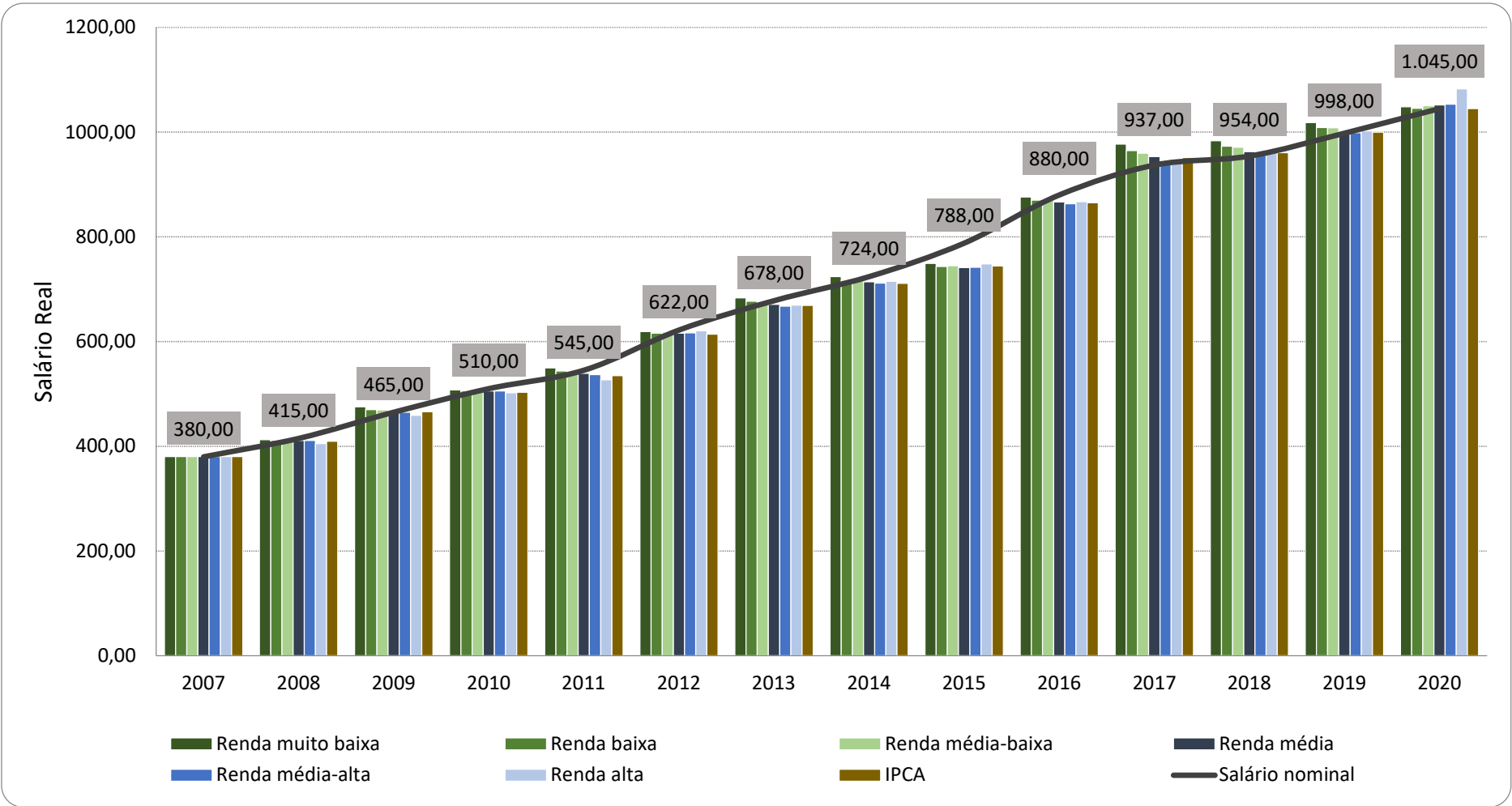
Observa-se que o percentual de famílias que não terão condições de pagar a dívida em atraso é consideravelmente maior entre aqueles com menor faixa de renda (Figura 9d), mas ter contraído dívidas, ou seja, estar endividado, tem uma diferença relativa menor entre as duas faixas de renda consideradas. De acordo com o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), em 2014, a maior parcela dos inadimplentes brasileiros situava-se na classe C, D e E (86%). Para este ano, o Serasa S.A. aponta como causas da inadimplência a diminuição da atividade econômica, bem como o aumento da inflação.

A relação entre endividamento das famílias e a inflação se dá na medida em que, devido ao aumento dos preços afetarem o orçamento doméstico e encarecer o custo de vida, algumas obrigações financeiras podem ser suspendidas temporariamente ou opta-se por honrar compromissos que envolvam mais urgência quanto à necessidade do bem ou serviço em detrimento à dívida postergada. O *trade-off* é necessário pois o orçamento em que se baseiam os gastos dessas famílias são limitados e, em momentos de recessão econômica ou de políticas de estabilização que envolvam aumento da taxa de juros, solver os compromissos financeiros pode se tornar mais difícil.

Dessa forma, a análise do salário real faz-se relevante dado que o poder de compra ou a capacidade aquisitiva dos agentes econômicos são gerados, principalmente, por salários ou remuneração advindos do fator trabalho. Entretanto, a inflação que determina como serão demandadas as cestas de bens e serviços e também se fração da renda poderá ser aplicada de outra maneira para preservar o ganho real dos recursos monetários.

No Brasil, o salário mínimo é reajustado uma vez a cada ano civil, de forma a suprir a perda ocasionada por esse aumento do nível de preços. Tem-se, na Figura 10, o salário real e nominal ao longo de 2007 a 2020, com base no índice IPC de 2007. Em 2009, o ganho real do trabalho foi acima do nominal para as quatro primeiras faixas de renda. Em 2011 e 2013, a primeira faixa de renda foi a única com salário real maior (549,5 e 683,2, respectivamente).

Figura 10 - Salário real *versus* salário nominal entre 2007 a 2020*



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE e IPEA, de 2007 a 2020.

*Com base no ano de 2007.

Em 2017, 2018 e 2019, com exceção da classe de renda “média-alta” neste último ano, todas as demais tiveram salário real superior ao nominal. Esse comportamento deve-se ao fato de que, no período, a inflação para todos os grupos de renda ficou em torno de 4% ao ano, uma das menores da série histórica analisada. Soma-se o fato de que em 2017 o grupo de despesas com alimentos teve elevada redução, o que contribuiu para aumentar o poder de compra das famílias e indivíduos, sobretudo aqueles com renda mais baixa. Também, apenas nesses três anos o salário real medido pelo IPCA manteve-se acima do nominal em relação a 2007. No ano de 2020, por sua vez, o salário real para a faixa de renda alta foi cerca de 3% maior que para o nível mais baixo, frente ao salário mínimo vigente a época.

Alguns dos dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC/IBGE), referentes ao último trimestre de 2019, dão a dimensão do quantitativo e perfil de pessoas que estão entre as classes de renda mais baixas. No Brasil, em 2019, o rendimento médio do trabalho foi de R\$ 2.308, considerando 92,5 milhões de pessoas ocupadas com 14 anos ou mais de idade, segundo categoria do IBGE. Em relação às classes de renda, aproximadamente 60% dos trabalhadores recebiam até R\$ 1.506 (por volta de 55 milhões de pessoas, quantidade significativa de trabalhadores), ou seja, pouco mais de um salário mínimo vigente. O último percentil de renda (1% das pessoas mais ricas) obteve renda média 33 vezes maior que o rendimento médio da metade da população mais pobres e, aproximadamente, 42 vezes maior que a do terceiro percentil, onde até 20% das pessoas recebiam, em média, R\$ 675. Quanto à massa de rendimento (213,4 bilhões), 10% da população mais empobrecida e os 10% mais ricos detinham, respectivamente, 0,8% e 42,9% dessa massa de rendimento médio mensal (IBGE/2019).

Ao aproximar a análise para os perfis socioeconômicos dessa parcela da população, ainda permanecem diferenças segundo cor, sexo e escolaridade: brancos com rendimento médio superior a não brancos, cerca de 44,2% maior que dos indivíduos pretos, homens com renda maior que mulheres (R\$ 2.555 e 1.985, respectivamente) e o rendimento dos trabalhadores sem instrução era cerca 1/6 comparado aos com ensino superior completo (IBGE/2019).

Tais indicadores do mercado de trabalho trazem à tona uma problemática dupla: i) se constata um percentual expressivo de trabalhadores com baixo rendimento e; ii) as cestas de bens acumularam alta inflacionária nos itens que mais pesam na composição dos gastos dessa parcela da população entre 2007 a 2020. Portanto, essa estrutura que retira, sobretudo dos mais pobres, porção da renda disponível acaba por contribuir para a manutenção das desigualdades de renda.

A análise do índice de Gini complementa e ajuda a compreender tal problemática. Na Tabela 2 estão dispostos os índices de Gini do rendimento do trabalho entre 2012 e 2019. No início do período, identifica-se uma ligeira tendência de redução na desigualdade que se estende até 2015. A partir de então, a desigualdade apontada pelo índice permanece estável entre 2016/2017 e 2018/2019, porém superior neste último biênio. Sabbadini e Rodrigues Júnior (2010), por meio de dados em painel anuais entre 1987 e 2006 de 80 países, notaram efeito positivo entre Gini e inflação, porém uma elevada variação do índice de preços ocasionava pequena variação do Gini.

Tabela 2 - Índice de Gini do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos – 2012 a 2019

Índice de Gini	Ano							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
	0,508	0,502	0,501	0,494	0,501	0,501	0,509	0,509

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC/IBGE, de 2012 a 2020.

Em suma, os resultados apresentados sugerem que a inflação exerce influência negativa principalmente sobre o orçamento dos mais pobres, o que tende a acentuar a desigualdade socioeconômica, demonstrada no elevado quantitativo de pessoas com baixa-renda na massa salarial frente à concentração de riqueza em um percentual menor de pessoas. Não obstante aos problemas sociais desencadeados pela alta dos preços, a subutilização da mão-de-obra no mercado de trabalho e o alto nível de informalidade – especialmente naqueles períodos de grandes desajustes macroeconômicos – apresentam-se como um dos primeiros problemas em termos discrepância de rendimentos, conjuntamente com a desvalorização da moeda corrente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando ampliar a compreensão sobre o recente comportamento da inflação brasileira e seu impacto sobre diferentes grupos econômicos, o presente trabalho analisou o comportamento do IPC entre 2007 e 2020, medido por faixa de renda, e sua relação com indicadores socioeconômicos para diferentes grupos de rendimento.

Os resultados apontados, a partir de análises quali-quantitativa, mostram-se coerentes com a hipótese de que faixas de renda mais baixas sofreram mais com a perda aquisitiva ocasionada pela inflação do que os de rendas mais altas. Quanto aos grupos que compõem o IPCA, observa-se um maior peso nos consumos de alimentação e bebidas e habitação. Desses, ambos têm grande importância no orçamento dos mais empobrecidos em termos de renda.

Quando se analisa os efeitos da inflação sobre os indicadores sociais, há maior proporção de famílias pobres com grande dificuldade em terminar o mês com rendimento monetário e entre os endividados que não terão condições de pagar suas dívidas quando comparado aos mais ricos. Finalmente, quanto ao salário real, preponderantemente entre 2017 a 2020 quase todas as faixas de renda tiveram ganhos reais imputados em cima do salário mínimo vigente. No entanto, quando analisado à luz do IPCA, somente entre 2017 a 2019 o salário mínimo real foi maior do que o nominal.

Tais resultados evidenciam a importância de se manter políticas coerentes com o controle da inflação, entendendo que este fenômeno implica em rápido e efetivo aprofundamento da desigualdade socioeconômica entre diferentes grupos sociais, em especial, em países como o Brasil, historicamente marcados por altos índices de desigualdade e dificuldades no controle da inflação.

Referências

BARBOZA, A. L. M. **A relação entre inflação e distribuição de renda**. 2008. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-02122008-103949/pt-br.php>. Acesso em: 22 out. 2020.

BACEN – Banco Central do Brasil. **Política Monetária: o que é inflação**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>. Acesso em: 01 nov. 2019

CNC – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-dezembro-de-2020/322122>. Acesso em: 5 set. 2021.

EASTERLY, W.; FISCHER, W. Inflation and the Poor. **Journal of Money, Credit and Banking**. Vol.33-n.2. May 2000. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=245806 . Acesso em: 20 out. 2020.

FARIAS, H. N. de. **Inflação versus pobreza: uma análise var, para o brasil de 2008 a 2014**. 2016. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Instituto de Ciências Econômicas, Administrativa e Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande, 2016. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000011593.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas. 2002. Disponível em: http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf. Acesso em: 15 out. 2020

HOLANDA JÚNIOR, Marcos Costa. **O diferencial de inflação no Brasil**. 2014. 29 f. TCC (graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza/CE, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=o-que-e&fbclid=IwAR0nNPY_yvMURDdbM2xx2mFEPKSqx_T1T2hxkfbzCrKtVgxtloiorZPuEph0. Acesso em: 06 ago. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares: o que é**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 30 nov. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Rendimento de todas as fontes. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IMMERVOLL, Herwig et al. Simulating Brazil's tax-benefit system using Brahms, the Brazilian household microsimulation model. **Economia Aplicada**, v. 10, p. 203-223, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA EM ECONOMIA APLICADA-IPEA. Macroeconômico. **Séries históricas – Inflação por faixa de renda**. Rio de Janeiro: IPEA. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/01/inflacao-por-faixa-de-renda-dezembro2020/>. Acesso em: 06 ago. 2021.

JARAVEL, X.; COLLYER S.; WIMER, C. The costs of being poor: inflation inequality leads to three million more people in poverty. **The Ground work Collaborative**. Center on Poverty & Social Policy at Columbia University. 2019. Disponível em: <https://groundworkcollaborative.org/resource/the-costs-of-being-poor-inflation-inequality-leads-to-three-million-more-people-in-poverty/>. Acesso em: 20 out. 2020.

LINO, I. dos R. **Cesta de consumo e inflação para famílias de baixa renda**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Finanças e Economia Empresarial) - Fundação Getúlio Vargas, 2019. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/27449>. Acesso em: 19 set. 2020.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. 2015.

OLIVEIRA, M. F. de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011.

RIBEIRO, Mateus Junio Alves; DA SILVEIRA, Giovane Silveira. INFLAÇÃO E CLASSE PROLETÁRIA NA CONJUNTURA ECONÔMICA ATUAL. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 4, n. 1, 2020.

SABBADINI, R.; RODRIGUES JÚNIOR, M. **Impactos da inflação sobre a desigualdade de renda**. Niterói: ANPEC, 2010. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/211276a3b18c9c688962448647bf81f174d.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

SANTANA, A. L. de M. **O controle da inflação brasileira e os seus efeitos sobre a renda real da população.** 2018 Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. Campos dos Goytacazes – RJ. 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/7237>. Acesso em: 29 set. 2020.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais.** São Paulo: Herder, 1965.

SILVA, F. J. F.; FONSECA NETO, F. de A. A. Inflação pró-pobre no Brasil do real: Uma análise regional. **Revista Economia aplicada**, v.15, n.1, p. 83-102. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ecoa/v15n1/a05v15n1.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

SOUZA, S. de C. M. de. **Insegurança alimentar, acesso e inflação de alimentos no Brasil.** 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13448>. Acesso em: 19 set. 2020.

EDITORIAL

**FACE – Faculdade de Administração,
Ciências Contábeis e Ciências
Econômicas**

Curso de Ciências Econômicas

Direção FACE

Prof^ª. Andrea Freire de Lucena

Vice-Direção FACE

Prof^ª. Daiana Paula Pimenta

**Coordenação do Curso de Ciências
Econômicas**

Prof. Everton Sotto Tibiriçá Rosa

Endereço

Campus Samambaia, Prédio da FACE –
Rodovia Goiânia/Nova Veneza, km. 0 –
CEP 74690-900, Goiânia – GO.
Tel. (62) 3521 – 1390

URL

<http://www.eco.face.ufg.br>

**SÉRIE DE TEXTOS PARA
DISCUSSÃO DO CURSO DE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFG**

Coordenação e Editoração

Prof. Sandro Eduardo Monsueto

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos que contam com a participação de pesquisadores do Curso de Ciências Econômicas da FACE/UFG. As opiniões contidas nesta publicação são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não representando necessariamente o ponto de vista do Curso ou da FACE/UFG. É permitida a reprodução, desde que citada a fonte.